

Conselho diz a Sarney o que tem de sair da Carta



Fotos: José Paulo

Os constituintes assinam, sob protestos, o livro de presença e questionam Benevides (D) no encerramento da sessão de ontem

Benevides encerra sessão para beneficiar salário de faltosos

O primeiro vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), no exercício da presidência, decidiu encerrar a sessão matutina de ontem

daquela Casa sem permitir a realização da verificação de quórum, exigida pelo Regimento Interno. Com sua atitude, Benevides impediu que fosse anotada a quarta ausência consecutiva dos constituintes faltosos, o que implicaria no desconto automático da remuneração destes parlamentares.

Na abertura da sessão, dos 559 constituintes apenas 154 estavam no prédio do Congresso Nacional, segundo a lista de presença da Mesa da Constituinte. Ao final da reunião, menos de 50 parlamentares permaneciam em plenário.

Tumulto

A atitude de Mauro Benevides de não fazer a verificação de quórum gerou um tumulto no plenário. Ao encerrar os trabalhos, às 10h30, o senador foi cercado pelos parlamentares que, inconfor-

mados com a desobediência ao Regimento, exigiam a reabertura da sessão para que fosse realizada a anotação de presença. Mesmo diante da pressão, Benevides não

cedeu. Ele apenas autorizou o registro de assinaturas, que seriam posteriormente complementadas com a lista de presença das portarias do Congresso, onde, àquela altura, constavam os nomes de 206 constituintes.

A maioria dos constituintes que estavam em plenário se recusou a assinar a lista por considerá-la irregular. Segundo eles, o gesto do presidente em exercício visava impedir que fosse anotada a quarta falta consecutiva dos parlamentares que se ausentaram da Constituinte desde a última segunda-feira, o que implicaria no desconto automático dos seus vencimentos.

«Golpinho»

«Então deram esse golpinho para salvar um dinheirinho?», indagou a deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), após sair às pressas da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara em

direção ao plenário para responder à chamada, e foi surpreendida com o encerramento antecipado da sessão.

Ainda acuado pelos constituintes, Mauro Benevides garantiu que nas próximas sessões matutinas (inclusive as de sábado e domingo, que segundo ele, voltarão ao calendário de trabalhos) serão feitas as verificações de quórum, às 10h00, isto é, uma hora e meia após a reunião ser aberta, a exemplo do que ocorre na parte da tarde.

Sua explicação para a atitude de ontem foi que sexta-feira é um dia «atípico», em que o comparecimento é mais difícil do que nos outros.

Os protestos contra a atitude do senador foram agravados porque ele antes de encerrar a sessão, havia suspenso os trabalhos por 30 minutos para que pudesse ser feita a verificação de quórum. Mas com apenas cinco minutos de paralisação, Benevides decidiu reabrir a sessão e encerrá-la em seguida.

Arquivo: 12/5/87



Fiúza: votação com cuidado
Centrão define os itens transitórios

Em reunião realizada ontem, as lideranças do Centrão conseguiram fechar questão sobre diversas emendas que alteram o texto das Disposições Transitórias já aprovado pelo plenário. Segundo Ricardo Fiúza (PFL-PE), as disposições transitórias devem ser votadas com muito cuidado pois envolvem interesses setoriais diretos.

Uma das decisões já acertadas é contra a proposta do senador Mário Covas sobre a demarcação das terras indígenas. Covas deseja que o dispositivo seja auto-aplicável, enquanto a emenda do Centrão remete para a lei todos os procedimentos a serem adotados na demarcação das reservas. Da mesma forma, votará contra a proposta do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que garante aos remanescentes dos quilombos a propriedade das terras ocupadas pelos antigos escravos, sem submetê-las ao processo normal de desapropriação e ao pagamento de indenização aos atuais proprietários.

O grupo quer manter o texto sobre a obrigatoriedade das negociações sobre a dívida externa e votará contra a emenda do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ).

Afif vê o povo querendo definição

Rio — O deputado federal Guilherme Afif Domingos, disse que os constituintes terão que optar entre o término da Constituição antes ou depois das eleições municipais. «Existe a necessidade de se terminar a Constituição no prazo mais rápido possível, pois a população não suporta mais a indefinição gerada pela Constituinte e tem o direito de não abrir mão de poder votar para as prefeituras de suas cidades», ressaltou Afif.

Ontem, um levantamento preliminar junto aos constituintes mostrou que 150 deles estarão concorrendo nas eleições municipais e a grande maioria restante estará comprometida com essa eleição para não se ver mais afastada de suas bases. Guilherme Afif acredita que no caso da Consti-



Afif: demora pode prejudicar

tuição se estender até as eleições não conseguirá número necessário para as votações do segundo turno. «Assim sendo, os acidentes ocorridos no primeiro turno, com

algumas aprovações absurdas, não poderão ser alterados», afirmou.

Guilherme Afif vê o texto constitucional, aprovado até aqui, fora da nova realidade brasileira e 330 constituintes concordaram ao aprovar um capítulo que permite uma revisão daqui a cinco anos. «Os constituintes não discutiram os vários problemas da sociedade brasileira e sim o interesse corporativista, que impera em nosso País desde 1930», observou Afif.

Quanto à nova política industrial brasileira, defendida pelo presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Amaury Temporal, no almoço dos empresários cariocas ao deputado Afif Domingos, este ressaltou que no momento atual da economia brasileira ela não trará grandes resultados.

Celson Franco

Os integrantes do "conselho político" da Presidência da República entregarão ao presidente José Sarney no início da semana, — segunda ou terça-feira no máximo —, uma minuciosa análise do texto constitucional, destacando todos os pontos que, durante a votação do segundo turno, deverão ser modificados, de acordo com os interesses do Palácio do Planalto.



Esse trabalho está sendo feito por ministros, lideranças políticas e assessores da Presidência, alguns deles membros do "conselho político", cuja reunião — o presidente costuma convocar os seus "conselheiros" na terça-feira — será antecipada para a próxima segunda-feira.

O Palácio do Planalto está trabalhando para que a Assembleia Nacional Constituinte mantenha a anistia como está, não beneficiando os marinheiros e impedindo a reintegração dos militares cassados.

Dos pontos a serem modificados durante o segundo turno de votação — o levantamento será concluído neste final de semana — o que mais preocupa o Governo é a reforma tributária. Também a fixação dos juros em 12%.

Sobre isso, o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, argumentou que "o tabelamento dos juros impedirá que o Brasil obtenha novos recursos do Banco Mundial, do BID e de outras agências internacionais, ficando excluído do mercado financeiro oficial de capitais".

Sensibilidade

O Governo do presidente José Sarney, segundo Ronaldo Costa

Couto, não vai tentar, está tentando derrubar essa medida. E age, para isso, "fornecendo subsídios" aos constituintes fiéis ao Palácio do Planalto e "praticando o exercício da persuasão", porque "a Constituinte é sensível ao bom-senso e à argumentação".

O Governo entende que a simples apresentação de emendas supressivas não é suficiente para fazer as modificações necessárias no texto constitucional, especialmente quando se trata de reforma tributária.

Por isso, a tese de modificação do Regimento Interno da Constituinte é bem recebida pelo Planalto, como demonstra o ministro do Gabinete Civil: "Tudo que permita melhorar o texto constitucional é bom para o Governo e bom para o País".

O Governo, nesse caso, segundo ele, "está trabalhando no sentido de fornecer subsídios, sugestões e ideias aos constituintes". Isso, ressaltou, "está sendo encaminhado através das lideranças e de alguns constituintes, individualmente".

Terceiro turno

Ronaldo Costa Couto concorda que uma proposta de mudança genérica do Regimento Interno poderia jogar a promulgação do texto constitucional para o ano de 1989. Mas argumentou que "se isso for realmente importante — a mudança do Regimento — vai se limitar a poucos pontos e a Constituinte saberá decidir".

Essa é uma questão que, certamente, será discutida pelos "conselheiros" do presidente José Sarney, nos próximos dias. O assessor parlamentar da Presidência da República, Henrique Hargreaves — um "regimentalista" de fama — acha que não há como mudar o Regimento Interno da Constituinte. Principalmente porque isso provocaria a necessidade de se fazer um terceiro turno de votação. Depois, o deputado Ulysses Guimarães não quer.

"Anistia fica como está"

"A anistia já foi concedida". Essa frase, curta e objetiva, foi dita ontem, durante a cerimônia de aniversário da Batalha do Riachuelo, pelo ministro da Marinha, Henrique Sabóia, para quem a Assembleia Nacional Constituinte vai manter o texto da Comissão de Sistematização, como querem as Forças Armadas.

A mesma frase foi repetida, momentos depois, pelo ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima. Ele — e este é o mesmo pensamento do ministro do Exército, Leônidas Pires — entende que o texto da Sistematização até amplia a anistia já concedida, e afirma: "É essa anistia, e apenas essa anistia, que nós vemos".

O ministro da Marinha, que não incluiu o tema na sua Ordem do Dia — "não cabia colocar essa discussão, quando tratamos de um assunto tão sério como a Batalha do Riachuelo" — considera que, "o que está havendo é um jogo de interesses de grupos e de pessoas, que buscam, única e exclusivamente, tirar vantagens pessoais". Henrique Sabóia está con-

vencido de que este ponto de vista vitorioso na Constituinte: "Os nossos congressistas terão sensibilidade para verificar que o espírito da anistia já prevaleceu, já foi executado".

"Indisciplinados" — Ele observa que "há pessoas que não foram punidas pelos atos de exceção, mas por razões disciplinares" (marinheiros), e repetiu a sua "plena convicção de que vai prevalecer aquilo que é de interesse da Nação brasileira".

Também o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que o Governo está confiante que os constituintes vão manter o texto originalmente aprovado na Comissão de Sistematização.

Além dos ministros Mailson da Nóbrega, Iris Rezende, Prisco Viana e Ronaldo Costa Couto, foram agraciados, durante a comemoração do aniversário da Batalha do Riachuelo, os senadores Raimundo Lira e Francisco Rollemberg, e os deputados Ricardo Fiúza, Gastone Righi, Marcos Lima e Expedito Machado. Todos do Centrão. (C.F.).

Sant'Anna impõe teto às dívidas das micro

Arquivo 09/05/88

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, propôs ontem aos autores das emendas que anistiam só débitos dos microempresários e agricultores contraídos durante o Plano Cruzado, deputado Humberto Souto (PFL/MG) e senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE), um acordo para que a proposta estipule um teto máximo razoável, em OTNs, para as despesas que o setor público terá com ela. Sant'Anna afirmou estar procurando o entendimento a partir da constatação de que a emenda tem grandes possibilidades de ser aprovada.

«Há uma evidência política de que essas emendas seriam facilmente aprovadas. Se chegarmos a um valor razoável como limite para as despesas do Governo, então poderemos fazer um acordo. Senão, teremos que fazer um esforço brutal para tentar derrubá-las», afirmou Carlos Sant'Anna.

Sant'Anna, que se reuniu ontem de manhã com Mansueto e Souto, disse que o principal obstáculo para uma negociação, no



Sant'Anna sugere perdão parcial momento, é a divergência existente entre os cálculos do Governo e os dos autores das emendas sobre o montante que seria gasto pelo setor público com a anistia fiscal. Os números do Ministério da Fazenda avaliam esta despesa em 10 bilhões de dólares, enquanto os de Mansueto e Souto são de apenas Cz\$ 180 bilhões, ou um bilhão de dólares.

Campos é contrário ao perdão

Rio — "Perdoar a dívida dos pequenos e médios empresários, contraídas durante o Plano Cruzado, será um prêmio a inadimplência e a penalização aqueles que se esforçaram para pagar seus débitos contraídos". A afirmação é do senador Roberto Campos, que participou ontem do almoço dos empresários do Rio de Janeiro em homenagem ao deputado federal, Guilherme Afif Domingos.

Roberto Campos ressaltou que somente o anúncio de um possível perdão foi deflagrada uma nova onda de inadimplência no País. "O maior absurdo é o Poder Executivo decretar que os bancos estaduais e privados perdoem as dívidas, o que acarretará um grande ônus ao Tesouro Nacional", afirmou Campos. Com relação ao momento atual

da economia brasileira, Roberto Campos disse que o Governo, através dos ministros da Fazenda e do Planejamento, está fazendo um esforço para terminar o ano com um déficit público de apenas 4% do Produto Interno Bruto (PIB). "Os dois ministros são homens corajosos e com suas cabeças nos devidos lugares e apesar das pressões poderão conseguir os cortes necessários nas despesas do governo, para que o déficit público não ultrapasse os níveis estabelecidos", observou Roberto Campos.

O senador não acredita que os cortes nas despesas resultem numa recessão, pois é muito simples diminuir o déficit público diminuindo-se o tamanho da máquina governamental", concluiu Roberto Campos.